

REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

CONSUMO DE DROGAS NO BRASIL: EVIDÊNCIAS EPIDEMIOLÓGICAS E DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

DRUG USE IN BRAZIL: EPIDEMIOLOGICAL EVIDENCE AND PUBLIC POLICY CHALLENGES

CONSUMO DE DROGAS EN BRASIL: EVIDENCIAS EPIDEMIOLÓGICAS Y DESAFÍOS DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS

André Médici[1]

e511281
https://doi.org/10.63026/acertte.v5i11.281

PUBLICADO: 11/2025

RESUMO

Este artigo examina o consumo de drogas no Brasil a partir de evidências epidemiológicas recentes e de uma leitura crítica dos desafios enfrentados pelas políticas públicas. Analisam-se a evolução dos padrões de uso, a dinâmica social associada ao consumo e os impactos diferenciados sobre grupos vulneráveis. A discussão integra perspectivas da epidemiologia, da sociologia e da saúde pública, destacando as limitações estruturais das políticas de prevenção e cuidado, bem como os efeitos de discursos negacionistas, da estigmatização e da ausência de estratégias integradas. Conclui-se que o enfrentamento do problema demanda políticas baseadas em evidências, articulação intersetorial e abordagem centrada em direitos, com foco na redução de danos e na mitigação das desigualdades sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Consumo de drogas. Epidemiologia. Políticas públicas. Saúde pública. Sociologia.

ABSTRACT

This article examines drug consumption in Brazil based on recent epidemiological evidence and a critical analysis of the challenges faced by public policies. It discusses the evolution of consumption patterns, the social dynamics linked to drug use, and its disproportionate effects on vulnerable groups. The analysis integrates perspectives from epidemiology, sociology, and public health, highlighting structural limitations of prevention and care policies, as well as the influence of denialist discourses, stigma, and the lack of integrated strategies. The study concludes that addressing the issue requires evidence-based policies, intersectoral coordination, and a rights-centered approach focused on harm reduction and the mitigation of social inequalities.

KEYWORDS: *Drug consumption. Epidemiology. Public policy. Public health. Sociology.*

RESUMEN

Este artículo analiza el consumo de drogas en Brasil a partir de evidencias epidemiológicas recientes y de una lectura crítica de los desafíos enfrentados por las políticas públicas. Se examina la evolución de los patrones de uso, la dinámica social asociada al consumo y los impactos diferenciados sobre los grupos vulnerables. La discusión integra perspectivas de la epidemiología, la sociología y la salud pública, destacando las limitaciones estructurales de las políticas de prevención y atención, así como la influencia de discursos negacionistas, del estigma y de la ausencia de estrategias integradas. Se concluye que el enfrentamiento del problema requiere políticas basadas en evidencias, coordinación intersectorial y un enfoque centrado en derechos, con énfasis en la reducción de daños y en la mitigación de las desigualdades sociales.

[1] Profissional com mais de 30 anos de atuação em Economia e Gestão da Saúde. Administrador (FGV), mestre em Economia (UNICAMP) e doutor em História Econômica (USP), com especialização em Seguridade Social em Harvard. Atuou em órgãos públicos, academia, organismos internacionais (BID e Banco Mundial) e consultorias. Autor de livros e artigos sobre economia da saúde. CEO da Universal Health Monitor.

©2025. Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

PALABRAS CLAVE: *Consumo de drogas. Epidemiología. Políticas públicas. Salud pública. Sociología.*

1 INTRODUÇÃO

O debate público recente sobre drogas no Brasil tem sido marcado por discursos que, ao inverter responsabilidades ou simplificar fenômenos complexos, acabam produzindo interpretações distorcidas sobre os papéis do usuário e do traficante. Essa formulação discursiva influencia percepções sociais, orienta políticas públicas e interfere diretamente na compreensão coletiva sobre dependência, criminalidade e saúde. Ao desconsiderar a estrutura de poder, lucro e organização criminosa que sustenta o mercado ilícito, tais narrativas deslocam o foco para o comportamento individual do usuário, criando uma inversão conceitual com implicações relevantes para a saúde pública, a criminologia e o desenho de políticas nacionais.

Nesse contexto, compreender o fenômeno das drogas no Brasil exige superar leituras moralizantes e reconhecer sua complexidade estrutural. O consumo, longe de ser apenas uma questão individual, envolve fatores sociais, econômicos, culturais e psicológicos, ao passo que a dinâmica do tráfico está vinculada a redes ilícitas, disputas territoriais e desigualdades históricas. Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar o aumento do consumo de drogas no Brasil nas últimas duas décadas, articulando dados epidemiológicos, pesquisas nacionais e internacionais e a literatura consolidada das ciências sociais e da saúde pública.

Além disso, transformações no padrão de consumo, como o crescimento de substâncias sintéticas, a banalização da maconha e da cocaína e o avanço silencioso de benzodiazepínicos e opiáceos, exigem uma abordagem que considere simultaneamente fatores de demanda e oferta. Estudos da Organização Mundial da Saúde (OMS), da Organização das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, 2023), da Fiocruz (2021) e de centros especializados apontam que o país convive hoje com um cenário multifacetado: diversificação de substâncias, ampliação do uso entre jovens, aumento de mortalidade e sobrecarga dos serviços públicos de saúde mental. Esses elementos reforçam a necessidade de integrar evidências científicas com análise institucional e crítica sociológica.

Por fim, a discussão se insere em um panorama de políticas públicas marcado pela coexistência de medidas repressivas, iniciativas de redução de danos e avanços ainda limitados na prevenção e no tratamento. Essa heterogeneidade de estratégias, muitas vezes contraditórias entre si, evidencia a falta de coordenação intersetorial e de continuidade no planejamento estatal. Assim, compreender o consumo de drogas no Brasil requer articular dados empíricos, marcos teóricos consolidados e uma análise crítica do discurso público que molda percepções, prioridades governamentais e práticas institucionais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A compreensão do consumo de drogas e dos processos de criminalização no Brasil demanda um diálogo interdisciplinar entre a criminologia, a sociologia e a saúde pública. A partir da sociologia

do desvio, Howard Becker (2008) demonstra que comportamentos considerados problemáticos não possuem um caráter intrínseco, mas são definidos por mecanismos de rotulação e por discursos institucionais que atribuem sentidos morais e jurídicos aos indivíduos. Essa perspectiva é central para analisar como determinados grupos são associados ao "problema das drogas", enquanto outros permanecem invisibilizados, reforçando padrões seletivos de controle social.

No campo sociológico mais amplo, Zygmunt Bauman (2001) contribui para compreender o consumo de substâncias psicoativas como parte das dinâmicas emocionais e existenciais da modernidade líquida, marcada por insegurança, frustração e instabilidade. Para o autor, a busca por alívio imediato, seja por meio de bens, experiências ou substâncias, decorre da fragilidade das estruturas sociais contemporâneas, especialmente nos grandes centros urbanos. Essa leitura permite situar o consumo de drogas dentro de processos sociais mais amplos e não apenas como falha moral ou escolha individual descontextualizada.

Sob a ótica da saúde pública, Carl Hart (2014; 2021) evidencia que a maior parte dos danos associados às drogas decorre menos das substâncias em si e mais das condições sociais e econômicas que estruturam o uso. Fatores como desigualdade, vulnerabilidade, ausência de políticas de cuidado e criminalização intensiva amplificam riscos e reforçam estigmas. A literatura brasileira, incluindo Nino C. da Costa (2018) e pesquisas da Fiocruz (2021), demonstra que modelos baseados exclusivamente em repressão falham em reduzir consumo e frequentemente ampliam danos, ao deslocar o foco da prevenção e do tratamento para a punição seletiva de grupos marginalizados.

Além desses referenciais, a criminologia crítica contribui para compreender como o sistema penal opera seletivamente, reforçando desigualdades e produzindo ciclos de exclusão. Autores como Alessandro Baratta (2011) e Loïc Wacquant (2008) demonstram que políticas repressivas, especialmente quando associadas ao discurso moralizante, tendem a incidir sobre populações pobres, racializadas e territorialmente vulneráveis. Esse arcabouço teórico dialoga diretamente com o debate sobre drogas no Brasil, onde a seletividade policial, a superlotação carcerária e a estigmatização de determinados territórios moldam a forma como o Estado responde ao fenômeno.

Assim, a integração entre criminologia, sociologia e saúde pública revela que o consumo de drogas, longe de ser apenas uma questão individual ou biomédica, é um fenômeno estruturado por desigualdades sociais, políticas de controle e discursos que influenciam tanto a percepção pública quanto as práticas institucionais.

3 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter teórico-analítico, fundamentada na revisão de literatura interdisciplinar sobre consumo de drogas, políticas públicas, criminologia e saúde coletiva. A pesquisa consiste na análise de obras clássicas e contemporâneas, incluindo autores como Howard Becker (2008), Zygmunt Bauman (2001), Carl Hart (2014; 2021), Nino C. da Costa (2018) e estudos da Fiocruz (2021), visando compreender como discursos políticos, estruturas sociais e modelos institucionais moldam a percepção pública e as práticas estatais relacionadas às drogas.

A seleção bibliográfica foi orientada por três eixos: (1) teorias sociológicas e criminológicas que abordam desvio, rotulação e controle social; (2) literatura de saúde pública com foco em evidências científicas sobre padrões de consumo, fatores de risco e políticas de redução de danos; e (3) pesquisas nacionais que analisam o impacto das políticas repressivas, bem como tendências atuais de criminalização e vulnerabilidade social. Foram consultados livros, artigos científicos, relatórios institucionais e levantamentos epidemiológicos publicados em bases reconhecidas, como SciELO, PubMed, Google Scholar e repositórios de instituições públicas.

A análise dos materiais ocorreu por meio de leitura crítica e comparação conceitual, buscando identificar convergências, inconsistências e tensões entre discursos políticos recentes e o conhecimento científico consolidado. Essa estratégia metodológica permite interpretar o fenômeno das drogas de forma contextualizada, evitando reducionismos morais e possibilitando uma compreensão ampla sobre consumo, políticas e impactos sociais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos achados epidemiológicos e sociológicos sobre o consumo de drogas no Brasil revela um cenário marcado por complexidade crescente, diversificação das substâncias e profundas desigualdades sociais que moldam padrões de uso e de danos. A convergência entre dados nacionais e internacionais indica que o fenômeno deixou de ser restrito a nichos sociais específicos, tornando-se transversal a diferentes faixas etárias, classes econômicas e contextos territoriais. Essa ampliação ocorre em paralelo ao fortalecimento de mercados ilícitos, à medicalização da vida cotidiana e à consolidação de novas formas de sociabilidade que afetam tanto as motivações quanto os riscos associados ao consumo.

Ao interpretar esses resultados, é necessário articular dimensões epidemiológicas, criminológicas e sociológicas para compreender como fatores estruturais, como disponibilidade de substâncias, desigualdade econômica, violência urbana, medicalização e políticas estatais, influenciam diretamente o comportamento dos usuários e os padrões de dependência. Autores como Becker (2008), Bauman (2001) e Hart (2014; 2021) apontam que o consumo de drogas não pode ser reduzido a escolhas individuais ou desvios morais, mas deve ser situado em redes de interação social, construção simbólica e determinantes socioeconômicos. Esses referenciais permitem interpretar por que certas drogas se tornam mais prevalentes, enquanto outras se concentram em públicos altamente vulneráveis.

Além disso, o conjunto dos dados analisados confirma que as políticas públicas vigentes, predominantemente repressivas e fragmentadas, têm sido insuficientes para responder à complexidade contemporânea do fenômeno. A ausência de estratégias integradas de prevenção, cuidado e redução de danos contribui para a intensificação de problemas de saúde, o aumento de mortes evitáveis, o fortalecimento do mercado ilegal e a perpetuação de estigmas que dificultam intervenções eficazes. A partir desse contexto, as seções seguintes apresentam os principais



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

resultados empíricos organizados por tendências gerais, tipos de substâncias e seus impactos sociais e sanitários.

4.1 Tendências gerais: evolução do consumo e impactos epidemiológicos

Os dados nacionais e internacionais convergem para uma tendência clara: o consumo de drogas no Brasil aumentou significativamente nas últimas duas décadas, tanto em prevalência quanto em diversidade de substâncias. Segundo estimativas do *Institute for Health Metrics and Evaluation* (IHME), as mortes atribuíveis ao uso de drogas ilícitas no Brasil passaram de 1,2–1,5 por 100 mil habitantes em 2000 para 2,6–3,2 por 100 mil habitantes em 2021, um crescimento superior a 120%.

Tabela 1 – Taxa estimada de mortalidade por uso de drogas no Brasil (por 100 mil habitantes) entre 2000 e 2021

Ano	Taxa oficial (ponto médio) (mortes/100 mil)	Mortes estimadas (em 1000)	Fontes
2000	1,3	4,5	IHME GBD 2000
2005	1,8	6,0	IHME GBD 2005
2010	2,3	8,0	IHME GBD 2010
2015	2,6	9,0	IHME GBD 2015
2020	2,9	10,5	IHME GBD 2020
2021	3,1	11,0	IHME GBD 2021

Nota: Não se inclui álcool e tabaco

De modo semelhante, os DALYs (anos de vida perdidos ajustados por incapacidade) praticamente dobraram, atingindo 240–260 por 100 mil habitantes em 2021, o que reflete a intensificação dos danos sociais e sanitários associados ao fenômeno.

O aumento não se limita ao público adulto. A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE/IBGE) mostra que a experimentação entre estudantes de 13 a 17 anos subiu de 8,2%, em 2009, para 12,1%, em 2019, evidenciando uma antecipação da idade de iniciação e maior exposição em contextos escolares e digitais.

A partir do conjunto desses dados, é possível identificar três dinâmicas estruturantes do padrão contemporâneo de consumo no Brasil: (a) a banalização e normalização da maconha e da cocaína, incorporadas ao cotidiano urbano e universitário; (b) o crescimento acelerado e silencioso de psicotrópicos prescritos, como benzodiazepínicos e opiáceos; (c) a expansão das drogas sintéticas, especialmente entre jovens de classe média e alta.

Esses elementos compõem um cenário de complexificação do mercado de drogas, redução da percepção de risco e fragilidade das políticas públicas de prevenção e cuidado.



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

4.2 **Tipos de substâncias mais consumidas e padrões de uso**

Os levantamentos epidemiológicos nacionais mais recentes mostram que diferentes categorias de drogas apresentam prevalências e tendências distintas, refletindo usos culturais, disponibilidade e dinâmicas regionais. As pesquisas do LENAD, PNS e Atlas da Violência apontam para mudanças importantes no perfil de consumo entre 2020 e 2024.

Tabela 2 – Tipos de Drogas Ilegais Mais Consumidas no Brasil (2020-2024)

Substância	Prevalência de uso "na vida" (% da população)	Tendência
Maconha	7,7	Alta entre jovens
Cocaína	5,4	Estável/Alta
Crack	1,4	Alta em regiões urbanas
Ecstasy/anfetaminas	1,2	Crescente
Benzodiazepínicos e opiáceos sem prescrição	3,1	Alta silenciosa

Fontes: LENAD 2023 (UNIFESP), Atlas da Violência 2024 (Ipea/FBSP), PNS 2019 e 2023 (IBGE/MS).

- Maconha

Com prevalência estimada de 7,7% da população, o equivalente a 12 a 14 milhões de pessoas, a maconha consolidou-se como a substância ilícita de maior experimentação no Brasil. Seu consumo se concentra em jovens de 15 a 29 anos e acompanha uma tendência de normalização cultural impulsionada por redes sociais, debates sobre legalização e diminuição da percepção de risco.

Embora considerada por muitos como uma droga de baixo impacto, pesquisas indicam aumento de quadros de ansiedade, episódios psicóticos e acidentes relacionados ao uso recreativo. A expansão da maconha simboliza uma transição sociocultural: o deslocamento da droga do campo da marginalidade para o da aceitação social, movimento que desafia as políticas de prevenção e intensifica disputas ideológicas no país.

- Cocaína

A cocaína permanece como uma das drogas mais problemáticas do Brasil, com prevalência estimada de 5,4%, aproximadamente 9 a 10 milhões de pessoas já experimentaram seu uso. O país ocupa o segundo lugar no ranking mundial de consumidores e atua simultaneamente como rota internacional para o tráfico, o que aumenta a oferta interna e reduz preços.

Nas classes mais altas, prevalece o consumo recreativo; em contextos de vulnerabilidade, predominam padrões compulsivos e devastadores. A pureza crescente e a redução de preços ampliam o risco de overdose. Seus impactos são multidimensionais: intensificação da violência urbana,

fortalecimento de facções criminosas, sobrecarga dos serviços de saúde mental e prejuízos econômicos elevados. A persistência do consumo, mesmo frente à repressão policial, evidencia limitações estruturais das políticas atuais.

- Crack

Embora sua prevalência seja menor (cerca de 1,4% da população), o crack produz efeitos desproporcionais. Concentra-se em populações em situação de rua e extrema pobreza, marcadas por vulnerabilidade, desemprego, violência e doenças infecciosas. As chamadas "cracolândias" ilustram a convergência entre exclusão social, falhas de cuidado e ausência de políticas efetivas de reinserção.

A reincidência é alta, a mortalidade é elevada e a cronicidade do uso pressiona de forma intensa os serviços de saúde e assistência social. O crack não apenas revela desigualdades estruturais: ele materializa o ponto crítico do colapso urbano e da precariedade das políticas públicas.

- Drogas sintéticas (ecstasy e anfetaminas)

As drogas sintéticas representam a nova fronteira do consumo ilícito no Brasil. Estima-se que 1,2% da população, cerca de 2 milhões de usuários, utilize ecstasy, MDMA ou anfetaminas, predominantemente em contextos de lazer e desempenho, como festas, academias e ambientes competitivos.

Desde 2015, observa-se uma migração gradual de usuários jovens para substâncias sintéticas, favorecida pela descentralização da produção e pelo comércio digital, que dificultam o rastreamento e a repressão. Os riscos incluem hipertermia, arritmias, surtos psicóticos, depressão pós-uso e contaminações químicas devido à adulteração. O crescimento contínuo desse mercado é um alerta para a formulação de políticas específicas de redução de danos e educação preventiva.

- Benzodiazepínicos e opiáceos

Com prevalência estimada entre 5 e 6 milhões de usuários, majoritariamente mulheres de 40 a 65 anos, os benzodiazepínicos e opiáceos configuram uma "epidemia silenciosa". Consumidos em ambientes domésticos e legitimados por prescrições médicas muitas vezes renovadas sem avaliação adequada, esses medicamentos ultrapassam a fronteira entre uso terapêutico e abuso.

Os efeitos adversos incluem quedas, confusão mental, dependência, demência farmacológica e interações perigosas com álcool e antidepressivos. Por sua natureza discreta, socialmente aceita e pouco fiscalizada, essa modalidade de dependência permanece subdiagnosticada e pouco debatida, apesar de seu impacto crescente na saúde pública.

Para além da caracterização dos padrões de uso, os resultados evidenciam que o consumo de drogas no Brasil se estrutura em camadas de vulnerabilidade profundamente desiguais. Substâncias distintas operam em circuitos sociais específicos, revelando que o problema não é homogêneo: enquanto drogas sintéticas e cocaína circulam em mercados de alto valor e sociabilidades de prestígio,

o crack expõe a degradação urbana e a precarização extrema das condições de vida. Já os psicotrópicos prescritos apontam para uma medicalização difusa do sofrimento cotidiano, frequentemente invisibilizada pelo sistema de saúde. Assim, o fenômeno combina práticas culturais, tecnologias de mercado, desigualdade estrutural e dinâmicas criminais, exigindo leituras interdisciplinares e intervenções calibradas às realidades locais.

Diante desse panorama, torna-se evidente que a eficácia das políticas públicas depende de uma mudança de paradigma. A predominância do enfoque repressivo, historicamente insuficiente, não alcança as múltiplas dimensões comportamentais, clínicas e socioeconômicas que sustentam o consumo contemporâneo. Os achados sugerem a necessidade de estratégias integradas que articulem prevenção baseada em evidências, ampliação da rede de cuidado, políticas de redução de danos, monitoramento epidemiológico contínuo e intervenções territoriais capazes de enfrentar determinantes estruturais. Dessa forma, a análise dos resultados não apenas descreve o agravamento da problemática, mas reforça a urgência de um modelo de governança pública que seja mais consistente com a complexidade do fenômeno e com a experiência internacional acumulada.

5 POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS NO BRASIL: AVANÇOS, LIMITES E DESAFIOS

As políticas públicas brasileiras sobre drogas apresentam uma trajetória marcada pela predominância de modelos proibicionistas e pela centralidade da repressão penal. Ainda que documentos recentes mencionem a importância de estratégias intersetoriais de prevenção, cuidado e redução de danos, persiste uma assimetria entre o discurso institucional e a prática efetiva. Essa tensão histórica entre segurança pública e saúde coletiva é amplamente discutida na criminologia e na sociologia do desvio. Howard Becker (2008) destaca que categorias como “usuário” e “dependente” são construções sociais que influenciam prioridades governamentais, definindo quem será alvo de controle e quem permanecerá invisível. No Brasil, esse processo reforça a tendência a respostas punitivas, mesmo diante de evidências de sua baixa eficácia.

No campo dos avanços, destaca-se a consolidação de instrumentos normativos e institucionais que reconhecem o caráter multifatorial do consumo de drogas. A Política Nacional de Saúde Mental, a criação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e experiências municipais de redução de danos representam marcos relevantes. A incorporação de diretrizes de cuidado em liberdade, a ampliação de serviços CAPS AD e a aproximação entre saúde, assistência social e direitos humanos também configuram pontos positivos. Em alguns territórios, programas de prevenção comunitária e ações escolares fundamentadas em evidências começam a ganhar espaço, ainda que de forma desigual e com baixa capilaridade.

Quanto aos limites, a interpretação dos dados epidemiológicos recentes, como o aumento da mortalidade por drogas ilícitas, a antecipação da idade de iniciação e a expansão de substâncias sintéticas, revela a insuficiência das respostas tradicionais. Carl Hart (2014; 2021) demonstra que políticas repressivas têm impacto mínimo na prevalência de uso e podem ampliar danos, sobretudo entre populações vulneráveis. As pesquisas brasileiras, incluindo estudos de Nino C. da Costa (2018)

e da Fiocruz, apontam para a ausência de investimentos consistentes em prevenção baseada em evidências, acompanhamento psicossocial contínuo e programas de redução de danos. A fragmentação das ações entre diferentes pastas (saúde, segurança, assistência) e a oscilação de diretrizes conforme mudanças políticas enfraquecem a continuidade das políticas nacionais.

Os desafios estruturais, por sua vez, são amplamente analisados pela criminologia crítica e pela sociologia urbana. Autores como Zygmunt Bauman (2000) e Loïc Wacquant (2008) demonstram como a gestão estatal da marginalidade opera por meio de práticas seletivas que criminalizam comportamentos associados à pobreza urbana, o que se confirma no perfil carcerário brasileiro e nos padrões de abordagem policial relacionados às drogas. A prevalência de modelos repressivos, combinada à baixa oferta de cuidado e reinserção social, aprofunda desigualdades e dificulta a construção de políticas eficazes. Para superar esse quadro, especialistas apontam a necessidade de fortalecer a RAPS, ampliar estratégias de redução de danos, garantir financiamento contínuo, integrar políticas sociais e de saúde e alinhar as diretrizes nacionais às melhores evidências internacionais. Sem tais medidas, a tendência é que os indicadores epidemiológicos, sociais e criminais associados ao consumo de drogas mantenham sua trajetória de agravamento.

CONSIDERAÇÕES

A análise integrada de dados epidemiológicos, literatura especializada e perspectivas sociológicas e criminológicas permite concluir que o fenômeno do consumo de drogas no Brasil permanece marcado por múltiplas dimensões: sanitárias, sociais, econômicas e políticas. As evidências apresentadas, incluindo o aumento gradual das taxas de mortalidade por drogas ilícitas nas últimas duas décadas e a persistência de padrões de uso concentrados em grupos específicos, demonstram que a complexidade desse cenário não pode ser compreendida por meio de explicações simplificadas ou discursos moralizantes. Como apontam autores como Becker (2008), Bauman (2001) e Hart (2014; 2021), o tema envolve construções sociais, desigualdades estruturais e dinâmicas de vulnerabilidade que ultrapassam o campo estritamente penal.

Os resultados também indicam que políticas públicas centradas predominantemente na repressão e na criminalização não têm se mostrado eficazes na redução do consumo ou de seus danos associados. Pelo contrário, perpetuam seletividades, ampliam desigualdades e deslocam o foco das estratégias de cuidado, prevenção e redução de danos, dimensões amplamente respaldadas pela literatura e por organismos nacionais e internacionais de saúde. As evidências sugerem que a integração entre vigilância epidemiológica, políticas sociais, atenção psicossocial e medidas de redução de danos constitui caminho necessário para respostas mais equilibradas e baseadas em evidências.

Por fim, a pesquisa reforça que o enfrentamento do consumo de drogas requer políticas intersetoriais, sustentadas por dados consistentes e alinhadas às transformações contemporâneas da sociedade brasileira. A adoção de abordagens mais humanizadas, integradas e orientadas pela saúde pública tem potencial para reduzir danos, fortalecer a rede de cuidado e mitigar desigualdades

historicamente agravadas pelo modelo repressivo. Avançar nesse sentido demanda compromisso institucional, atualização legislativa e continuidade de investimentos, de modo a transformar o debate em ações concretas que respondam à realidade complexa revelada pelos dados.

REFERÊNCIAS

ATLAS DA VIOLÊNCIA. **Relatório anual**. Brasília: IPEA; FBSP, 2024.

BARATTA, Alessandro. Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal. 6. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional sobre Drogas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE**. Brasília: IBGE/MS, 2009–2019.

COSTA, Nino C. da; ALMEIDA, R.; CARVALHO, J. **Drogas e políticas públicas: perspectivas críticas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018.

FIOCRUZ. **III Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira**. Rio de Janeiro: Fiocruz; SENAD, 2021.

HART, Carl. **Um preço muito alto: a jornada de um neurocientista que desafia a lógica sobre drogas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

HART, Carl. **Drogas para adultos: por que descriminalizar é essencial para a liberdade**. São Paulo: Elefante, 2021.

IHME – Institute for Health Metrics and Evaluation. **Global Burden of Disease Study (GBD):** estimativas de mortalidade e DALYs por uso de drogas, 2000–2025. Seattle: University of Washington, 2023.

LENAD – Levantamento Nacional de Álcool e Drogas. **Relatórios técnicos**. São Paulo: INPAD/UNIFESP, 2012–2023.

UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime. **World Drug Report 2023**. Vienna: UNODC, 2023.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **World Drug Report**. Geneva: WHO/UNODC, edições recentes.